

INICIATIVAS POLÍTICAS E VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS PARA ALÉM DO DEBATE COLONIZADOR/COLONIZADO

João J. Rosa
University of Massachusetts-Dartmouth
Estados Unidos

Resumo

O artigo analisa o desenvolvimento e a política linguística na República de Cabo Verde quando colocada dentro do discurso sociohistórico sobre o papel das línguas nativas e coloniais no continente africano. Focando em particular nas especificidades locais, o autor sugere modos em que o discurso sobre línguas pode ser avançado para além do modelo tradicional colonizador/colonizado.

Palavras-chave: Política Linguística, colonialismo, Diglossia, Colonizador, Colonizado, Português, Cabo Verde.

Abstract

The article examines language development and language policy in the Republic of Cape Verde while situating it within the sociohistoric discourse on the role of the colonial and native languages on the African continent. Paying particular attention to local specificities, the author suggests ways in which the discourse on languages can be advanced beyond the traditional colonizer/colonized model.

Keywords: Language Policy, Colonialism, Diglossia, Colonizer, Colonized, Portuguese, Cape Verde.

Uma das marcas distintivas do colonialismo bem patente entre os que sofreram todos os mecanismos de opressão colonial prende-se com a língua. Para ser mais preciso, estamos perante uma opressão multi-dimensional frequentemente acompanhada por uma determinada resistência cultural que se ancora nas línguas nativas e simultaneamente – ainda que de uma forma indirecta – estrutura e controla saídas para concepções normativas em torno do que significa ser ‘socialmente educado’. No fundo, estamos perante um processo dialéctico, uma vez que não só ‘coarcta a língua colonizada’, como ainda impõe todo um amplo quadro de dinâmicas coloniais que determinam o campo linguístico. Pelo que tange a esta relação simbiótica, Pierre Bourdieu (1991) destaca:

Para que um modo de expressão, entre vários (uma determinada língua no caso do bilinguismo, o uso específico de uma língua, no caso de uma sociedade dividida em classes) se imponha como ‘o’ legítimo, o mercado linguístico deve estar unificado e os diferentes dialectos (de classe, região ou grupo étnico) devem ser confrontados com a língua ou uso legítimo. A integração numa comunidade linguística única, expressão de uma determinada denominação política que é ininterruptamente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, é a condição para o estabelecimento de relações de dominação linguística.

No continente africano, o discurso generalizado relacionado com as relações entre as línguas colonizadoras e colonizadas é um claro exemplo, quer da divergência posicional, no seio dos fervorosos defensores do uso e da supremacia da língua colonial como forma de expressão, quer dos advogados do uso substantivo das línguas nativas. Socorro-me aqui do termo ‘discurso’ (Gee, 2002), descrevendo amplas conversações sociais que ocorrem na sociedade em torno de questões muito particulares, no caso concreto, entre línguas no contexto colonial. Estas visões duais são, de alguma forma, expostas por gigantes da literatura africana como Chinua Achebe e N’gugi Wa T’iongo. Para Achebe, a imposição de uma língua colonial, foi acima de tudo, instrumental na estruturação do tipo de estabilidade política através da criação de formas ‘partilhadas’ de expressão. Descrevendo os efeitos da língua inglesa na Nigéria, Achebe (1975), observa que

[a] grande questão é que a Nigéria foi criada pelos ingleses para os seus próprios interesses. Ao demónio o que é do demónio: o colonialismo em África esfrangalhou muitas coisas, mas criou, na verdade, muitas unidades políticas em zonas em que não existiam ou as que existiam eram muito pequenas. A Nigéria possuía centenas de comunidades autónomas oriundas desde a magnitude traçada pelo Império Fulani fundado por Usman dan Fodio, no Norte, até às aldeias pequenas na zona Este do país. Hoje, exhibe-se como um país único.

Actualmente, não há muitos países em África onde se possa abolir a língua das potências colonizadoras mantendo a facilidade de uma comunicação mútua.

Esta posição assume no seu todo que o estado de ‘desenvolvimento’ normativo radica na supremacia mono-linguística e que as sociedades poli-linguísticas não oferecem um eficaz contributo ao desenvolvimento social. Além do mais, não propomos nem tampouco sugerimos que as múltiplas línguas faladas na Suíça são de alguma forma barreiras a efectivos actos de comunicação. Num outro extremo, temos a posição assumida por N’gugi Wa Thiong’o (1986) e outros teóricos literários e linguistas (nomeadamente, Makoni, Smitherman, Ball, & Spears, 2003, Macedo, 1985, Rosa, 2006, Fanon, 1952), que vêem descontinuidades entre o uso e manipulação das línguas colonizadas e as realidades de muitos povos africanos. Para estes teóricos, a dominação linguística mantém vestígios de colonialismo que, em última análise, se manifestam nas interações diárias do oprimido. Olhando para estas manifestações sob o ponto de vista colonial, N’gugi Wa Thiong’o (1986: 435) destaca:

A língua, através das imagens e dos símbolos, dá-nos uma visão do mundo, transportando, em si, uma dada beleza. A casa e o campo funcionavam como o nosso pré-escolar; mas o importante para esta discussão, é que havia uma relação entre a língua dos serões, a língua da nossa comunidade mais ampla e próxima e a língua do nosso trabalho nos campos; posteriormente aquando da minha ida para escola, para a escola colonial, toda esta harmonia foi quebrada. A língua da minha educação não era mais a língua da minha cultura. No Kenya, a língua inglesa tornou-se bem mais do que uma língua; era a língua e todos deviam curvar-se com total deferência perante ela.

Com uma astúcia invulgar e ciente das tensões no campo da linguística Pierre Bourdieu (1981: 45 - 46) presta cuidada atenção à dimensão política da essência desta harmonia quando destaca que “a dominação da língua de um [determinado] povo pelas línguas dos colonizadores é crucial para a dominação e subjugação do universo mental do colonizado”. Estas caracterizações aludem ao interface do nosso quadro relativo ao mundo físico e aos processos internos que utilizamos para edificar o verdadeiro sentido do nosso ser e estar. Referindo-se ao contexto colonial (e alguns destacarão como reflexo da posição neo-colonial), Franz Fanon (1952) nos seus trabalhos iniciais, já colocava no centro do seu quadro teórico político a intrincada relação entre língua e colonialismo. As suas palavras merecem destaque.

Falar implica estar numa posição de poder [ser capaz] de usar uma determinada sintaxe, manusear confortavelmente a morfologia desta ou daquela língua, mas significa, acima de tudo, assumir a cultura, aguentar com o peso da civilização.

Ora a grande questão é a seguinte: O negro das Antilhas será proporcionalmente branco – isto é estará mais próximo de se tornar num verdadeiro ser humano no *racio* directo que exhibirá no domínio da língua francesa. O mesmo se poderá dizer de todo o povo colonizado. Por outras palavras, todo o povo em cujas almas se impregnou um complexo de inferioridade, através da morte e enterro das suas culturas locais originais, encontra-se ante a língua da nação civilizadora; ou seja, com a cultura da mãe pátria. (Fanon, 1952: 18 -17).

Pese embora estes sejam os aspectos balizadores dos debates, ou seja, por um lado quer o uso de benefício da língua colonial, por outro o uso e manutenção das línguas nativas, por vezes, encontramos teóricos a posicionarem-se socialmente algures ao longo deste *continuum*, não propriamente negando as línguas nativas, mas enquadrando-as numa dada orientação do mundo (Norton, 1995), com base na manipulação das línguas ocidentais. As políticas da língua tornam-se assim numa espécie de estrutura de mediação destes discursos inevitavelmente políticos.

Uma vez que estes discursos se encontram ordinariamente enquadrados na dicotomia colonizador-colonizado, os países que revelam características sócio-culturais específicas encontram-se estrangulados por estas meta-narrativas, afectando perigosamente qualquer análise contextualizada do enquadramento local. Este artigo é o resultado de um estudo etnográfico de sete meses levado a cabo na Republica de Cabo Verde. O estudo apoiou-se numa abordagem multi-metodológica, socorrendo-se de análise documental, observações de sala de aula e entrevistas de histórias de vida com os membros da comunidade. Este artigo tem como escopo examinar o desenvolvimento da língua na República de Cabo Verde à luz das suas características locais específicas. A nossa análise pretende ainda alargar as fronteiras do debate para além das narrativas continentais que, frequentemente, se centram em posições duais encobrindo e relegando o local para um papel anódino.

Políticas e Desenvolvimento da Língua

Como qualquer outro crioulo, o desenvolvimento do crioulo cabo-verdiano é o resultado do contacto estabelecido por múltiplas línguas e numa determinada região geográfica. O estabelecimento de Cabo Verde em 1460, pelo então imperialismo português, seguido do comércio de escravos e de uma sociedade que se foi desdobrando de uma forma segregada, assegurou de início o português como léxico base dominante da língua a desenvolver-se. Um dos únicos factores associado com o desenvolvimento histórico do crioulo em Cabo Verde relaciona-se com as mudanças sócio-históricas que se verificavam nas tensões entre os códigos oficiais e os códigos de-facto. Pese embora se tenha verificado um domínio social inicial da língua

portuguesa ao longo dos séculos, o uso do Crioulo teve uma expansão muito ampla em todas as classes sociais na então colónia portuguesa, a ponto de ameaçar a hegemonia do Império (Carreira, 1983). A institucionalização da escolarização em 1866 trouxe consigo o ressurgimento do uso da língua portuguesa, apoiado na autoridade institucional do Estado. Com efeito, esta ‘re-introdução’ da língua portuguesa na educação tinha como objectivo consolidar e reassegurar o poder da monarquia e, inevitavelmente, criar uma classe ‘intelectual’ simples, resultado da política de assimilados levada a cabo pelo Império Português. Hamilton (1991) destaca que esta política “permitiu a um número relativamente pequeno de africanos tornar-se negros portugueses, sobretudo e, principalmente, pela sua capacidade de enquanto nativos poderem falar, ler e escrever na língua do colonizador”.

A imposição da língua portuguesa através do sistema educacional deu origem a uma vincada distinção social entre os que eram capazes de manipular a língua do colonizador e a maciça maioria das massas impedidas do acesso à educação. Não obstante, esta distinção social ter sido criada e solidificada por uma minoria que usufruía de uma educação preciosa (ainda que rudimentar), disponível em Cabo Verde e que viajava frequentemente para a Metrópole para prosseguir os seus estudos, o facto é que a contestação linguística ao sistema Colonial Português ocorreu sempre de uma forma informal, através do uso continuado do Crioulo nas escolas e igrejas, independentemente da aplicação de sanções contra os seus falantes. Esta contestação linguística formaliza-se durante a revolução, particularmente, nos anos que precederam a independência nacional. Referindo-se a este processo de contestação linguística ao Regime Colonial e à língua portuguesa, a linguista Dulce Duarte (1998: 128-129), salienta:

Importa destacar que os estudantes do Ensino Secundário de Cabo Verde sempre se opuseram à Língua Portuguesa. No pico do colonialismo, o Português nunca foi a língua falada pelos estudantes da Escola Secundária do Mindelo, inclusive nos corredores e no recreio. Todas as proibições feitas pelos professores, inclusive as que se relacionavam com preocupações de ordem pedagógica, revelavam-se ineficazes. Obviamente, que esta resistência não era totalmente consciente, mas era, em todos os seus efeitos, um indicador de identidade cultural, uma vez que estes estudantes sabiam falar a Língua Portuguesa. Apenas não o faziam pois sentiam que não era a sua Língua. Só por volta de 1973-1974, é que a resistência à Língua Portuguesa se tornou ela própria num elemento de reivindicação cultural, e numa forma de luta política. Durante a guerra de libertação levada a cabo por Cabo-Verdianos e Guineenses, o Crioulo assumiu-se e representava a língua de luta.

A resistência à dominação cultural através da imposição da língua portuguesa, pese embora determinante na guerra colonial não se materializou em mudanças da

política de língua oficial a seguir à independência. Muito embora se tenha verificado uma tentativa de reestruturar os currículos, compaginando-os mais com a realidade socialista independente da jovem nação criada, a língua oficial adoptada nas escolas e nas instituições governamentais continuou a ser a portuguesa. Uma notável tentativa oficial de alterar a política de língua emerge em 1979 no Colóquio de Mindelo. Investigadores nacionais incluindo escritores, linguistas e professores deram corpo ao Colóquio do Mindelo em 1979, com o objectivo primordial de desenvolver um aceitável sistema alfabético, muito embora as reacções negativas à reestruturação do alfabeto tenham sido profundas e difíceis de ultrapassar. Este Colóquio compagina-se à visão do Crioulo de Cabo Verde como nada mais que um dialecto variante da língua portuguesa. Isto conduziu à proposta de um sistema ortográfico, baseado na etimologia de cada palavra, o que provocou forte polémica entre os que preferiam não sistematizar uma ortografia com base no Português padrão. Investigadores da diáspora cabo-verdiana (Macedo, 1985), continuam a exigir mudanças na política de língua do Estado.

Em 1993, o Instituto Nacional da Cultura propôs a criação de uma equipa de peritos (que deveria incluir professores, escritores, linguistas, cientistas), para a criação de uma matriz alfabética e que eliminasse os problemas encontrados no Colóquio do Mindelo, nomeadamente, o hiper predomínio da fonologia e as descontinuidades entre a prática e o conhecimento. O resultado deste esforço conduzido pelo referido Instituto resultou numa sessão parlamentar a 20 de Julho de 1998, em que o Conselho de Ministros da República de Cabo Verde adoptou uma proposta para um sistema alfabético, designado como Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo (ALUPEC). Este sistema contém 23 letras e 4 dígrafos. As principais mudanças ocorreram nas antigas formas de Crioulo escrito com base latina que utilizava grafemas padrão da língua portuguesa, em que se eliminou o grafema “c” e, simultaneamente, se introduziu o grafema “k”, com o objectivo de garantir a função fonológica do grafema omitido. Além do mais, foram ainda introduzidos dígrafos como “dj”, “lh”, “nh” e “tx”. A proposta foi adoptada por um período experimental de cinco anos, findo o qual, o referido Conselho de Ministros deveria decidir sobre a viabilidade da codificação desse Sistema.

Durante as revisões constitucionais de 1999, o debate linguístico expressou recuos políticos, com os partidos, de alguma forma, a extremarem posições. Se, por um lado, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) defendia abnegadamente a imposição do Crioulo como língua padrão, por outro lado, o Movimento para a Democracia referia-se à oficialização do Crioulo como uma regressão civilizacional de Cabo Verde. Um dos aspectos do debate com ampla difusão nos meios de comunicação social era a caracterização do Crioulo como um

dialecto em evolução, sujeito ao processo de se tornar numa língua e não um sistema linguístico com direito próprio. Além do mais, a associação da defesa do Crioulo a um único partido avivou divisões regionais históricas, em que as posições em relação ao debate da língua revelavam perspectivas partidárias.

O debate cristalizou-se e, de acordo com o artigo 9 da Constituição, estabeleceu-se o Português como língua oficial, muito embora se destaque que o Estado deve criar todas as condições para que, eventualmente, o Crioulo se torne língua co-oficial. O referido artigo salienta ainda que os cidadãos têm o direito e o dever de aprender as línguas oficiais. É importante salientar que, não obstante, toda esta tensão política, artistas, autores, instituições privadas têm-se solidarizado com a luta pela oficialização do crioulo, publicando em língua Crioula. Na verdade, desde os inícios do século XIX que determinados indivíduos (nativos e estrangeiros) fizeram esforços notáveis para codificar o crioulo, como língua das massas. A base de apoiantes da Língua Crioula através de trabalhos publicados tem-se multiplicado de uma forma exponencial ao longo das últimas décadas. Em 2002, a Comissão Parlamentar para a Especificação das Disciplinas de Educação, Ciência e Cultura destacou o reconhecimento governamental do Crioulo em todas as facetas da vida diária, como um inquestionável direito humano.

Mesmo perante um discurso político de apoio à oficialização do crioulo, os resultados são muito mais tangíveis, pelas posições tomadas por artistas, autores e pela diáspora cabo-verdiana. Em 2005, surge o último e o mais abrangente passo para a oficialização da língua crioula, por parte do Governo, através da Resolução 48/2005 (Estratégias para a Validação e Reconhecimento da Língua Cabo-Verdiana), na sequência de uma proposta submetida pelo Ministro da Cultura. Nesta Resolução, um painel governamental destacou, entre outras, as seguintes medidas:

- as instituições públicas de Ensino Superior e as escolas públicas responsáveis pela formação docente devem incluir a língua cabo-verdiana como uma disciplina em si própria e como uma questão académica;
- o Instituto de Educação do Ensino Superior deve durante o ano de 2006 finalizar o processo de criação do Centro de língua e cultura cabo-verdiana;
- O uso da língua cabo-verdiana deve ser livre na função pública, na esfera social, na literatura, nas artes, assim como nas cerimónias públicas e eventos governamentais.
- O governo deve criar um sistema de prémios nacionais que valorize e crie incentivos para o uso do crioulo na investigação, na literatura, no teatro e nos meios de comunicação social.

Ainda em 2005, o governo cabo-verdiano organizou um colóquio internacional sobre estudos do crioulo. O evento tinha como escopo abrir o debate em torno da

oficialização do crioulo aos investigadores de todo o mundo. Pese embora o Colóquio tivesse sido um sucesso na criação de um espaço para um amplo debate, o facto é que os resultados obtidos de forma alguma expressaram as promessas oferecidas. As iniciativas políticas revelaram sempre um rumo titubeante à medida que o debate sobre a fiabilidade e institucionalização do crioulo como língua padrão (a par com a língua portuguesa), cada vez mais se foi mantendo restrito em dois complexos acantonamentos conceptuais: por um lado, um que se revelava paralisado nas discussões sobre a origem das bases lexicais do crioulo, por outro lado, outro que expressava um discurso evolutivo e mais actual, fundamentalmente utilitário visando a utilização de línguas de base europeia como aspecto importante para a comunicação internacional.

Partindo da perspectiva do ‘eu socialmente situado’ (Gee, 1999), ninguém se envolveu, estudou, trabalhou e participou tão profundamente no debate sobre a origem lexical da língua crioula, como o linguista Baltasar Lopes da Silva (1907-1989). A este respeito Baltasar Lopes da Silva (1957: 39), informado e enformado por uma ideologia colonial que o situava num determinado contexto, no qual estudou, destaca com clareza:

Eu nunca encontrei qualquer traço linguístico que me tivesse sido imposto e que necessariamente derivasse de um substrato africano. Só no léxico é que se percebe a ocorrência de vocabulário, que tal como referi anteriormente, eu atribuo-o a uma origem africana, na impossibilidade de o encontrar no léxico português, mesmo nas suas formas mais arcaicas. No entanto, o contributo deste vocabulário é tão diminuto, quando confrontado com a origem monarca da quase totalidade do tesouro lexical crioulo que, em minha opinião é irrelevante, no que tange ao subjacente influxo antagónico.

Não deixa de ser alarmante o facto de não se reconhecer a ‘ocorrência de vocabulário’ num dado substrato africano. Baltasar Lopes da Silva (1957: 41), prossegue:

Na fonologia, em minha opinião, não há nada que não assente que nem uma luva nas tendências gerais do português monárquico; o sistema morfológico cabo-verdiano assenta integralmente no sistema português, ainda que, sem dúvida alguma, de uma forma simplificada; todavia esta simplificação não oferece nada de especial, não acrescenta nada, se considerarmos o que aconteceu com a língua portuguesa em relação ao latim. Na sintaxe, também acho que não se pode falar categoricamente de uma função de substrato em referência a esta ou aquela construção, que tenha sobrevivido a padrões sintácticos das fases mais arcaicas da língua ou que se revele uma ferramenta de que o falante utiliza e que, provavelmente, teria a mesma expressão se o substrato fosse, por exemplo, Europeu.

A marginalização da influência afro-linguística no crioulo só pode ser devidamente contextualizada se, considerarmos, como revelou o historiador António Carreira (1983), a presença de, pelo menos, 27 grupos etnolinguísticos diferentes no Arquipélago, após a ‘chegada’ dos portugueses. Engajado num debate inter-textual (naquele que é um dos estudos mais profundos do crioulo), Donaldo Macedo (1985) ultrapassa bloqueios ideológico-hegemónicos, não só destacando a presença de itens lexicais, a partir de uma posição não romântica, como também estabelece uma comparação estrutural entre o crioulo cabo-verdiano e o português, reiterando uma posição comum mantida por muitos linguistas especializados, precisamente, nas relações entre línguas crioulas e os seus léxicos. Claramente, o crioulo é uma língua autónoma com traços marcadamente distintos da língua do colonizador. Donaldo Macedo (1985) sugere que a relação do crioulo com o português reflecte dinâmicas sociais de poder diferenciado ao nível social e político e não tem nada a ver com qualquer inata inferioridade linguística de um código sobre outro. Pese embora reconheça o aspecto problemático de um sistema ortográfico em Cabo Verde relacionado com as variações fonéticas no Arquipélago, Donaldo Macedo (1985) salienta que mesmo a escolha de um sistema de grafemas é, em si próprio, um acto político.

O discurso dos *media* sobre a instituição do crioulo como língua padrão é frequentemente estruturado num paradigma dual enquadrado num modelo evolutivo. Ou seja, o crioulo é apresentado como estando num processo de desenvolvimento para ‘se vir a transformar numa língua’, e por isso, o seu estatuto é, naturalmente, inferior ao de uma língua ‘formal’ como o português. No editorial de *Terra Nova* de Dezembro de 2004, o destacado autor nacional Henrique Teixeira de Sousa (1919-2006) defendeu o estatuto inferior do crioulo, referindo que a sua oficialização seria “um salto no escuro com complicadas consequências” (2004: 3). Destacando a futilidade em torno da proposta de oficialização do crioulo, Henrique Teixeira de Sousa (2004: 3) salientou:

Se o crioulo for decretado como língua oficial será apenas um acto de Doutoramento *Honoris Causa* uma vez que a língua portuguesa continuará a ser considerada *Ad Eternum* como oficial, ainda que destituída por decreto. Não estou a ver os jornais do país a serem escritos em crioulo, nem os documentos e funções dos organismos públicos a serem concebidos na língua da terra ou de acordo com a língua de cada ilha ... nós os escritores lusófonos, que será de nós que escrevemos em português? Podem dizer-nos: escreve em crioulo! Qual dos crioulos, o de Santo Antão, o de Santiago, o de Santa Luzia? O Português é o nosso *sermo eruditus*, e o crioulo o nosso *sermo vulgaris*. Continuemos como estamos porque estamos bem.

A sua posição não só situou o Crioulo num processo de ‘vir a ser uma língua’, como também constrói a importância e o estatuto do Português como estando, de alguma forma, em perigo com a oficialização da língua nativa. Como se tem vindo a perceber, as iniciativas políticas, pese embora lentas na consolidação do estatuto do crioulo, têm-se, claramente, norteado por um destaque cada vez mais claro relativamente à preponderância do Crioulo garantindo o direito ao cidadão de se expressar na língua nativa em todos os seus domínios.

No âmbito de uma visão valorativa, ainda que transformando os parâmetros do debate nacional em torno da contenda sobre a oficialização do Crioulo, há que destacar o importante contributo do linguista e Ministro da Cultura Manuel Veiga. No seu último trabalho, *A Construção do Bilinguismo*, Manuel Veiga (2004: 7) salienta:

Ninguém pode ignorar que tanto a Língua Portuguesa, como a língua cabo-verdiana, ainda que de formas diferentes, incorporam a nossa história, informam a nossa cultura e moldam a nossa forma de ser e estar no mundo. A afirmação e valorização destas duas línguas, mais do que um acto de responsabilidade cívica é uma exigência cultural e uma necessidade ambiental.

Pese embora a abordagem de Manuel Veiga (2004) tenha como objectivo a valorização de ambas as línguas, o facto é que, para Veiga (2004), uma e outra ocupam espaços separados na sociedade cabo-verdiana, com a língua Crioula a ocupar o ‘espaço identidade’. No seu (2004: 72) entender:

[s]eja qual for o estatuto que vier a ser adquirido ou conquistado pela Língua Portuguesa, aqui em Cabo Verde, há um espaço, que mesmo que o queira conquistar não o consegue. Tal espaço é o da identidade.

A valorização efectuada por Manuel Veiga (2004) a ambas as línguas não mistifica a natureza das relações de poder linguísticas em Cabo Verde. Relativamente a estas relações, Manuel Veiga (2004: 100) reconhece:

Não é novidade para ninguém em Cabo Verde que a língua oficial e de prestígio, a língua de aprendizagem e a língua de situações formais de comunicação é a Portuguesa. O Crioulo continua a ter um prestígio social baixo, não obstante ser a língua informal do dia-a-dia, a língua nacional e materna. Isto deve-se [a múltiplos factores]: não é a língua oficial; tem um alfabeto e uma ortografia que não se encontra muito disseminado socialmente; não é ensinado de uma forma sistemática, nem apresenta uma linguagem literária suficientemente representativa. Está praticamente ausente da comunicação social; mantém uma esporádica presença oral na função pública, justiça, igrejas e parlamento. Se a

Língua Portuguesa se encontra codificada e de-codificada por uma pequena elite da nossa sociedade, o Crioulo, por seu turno, é a língua das massas, da comunidade, da família, do amor, do afecto, da tradição, da simbologia ambiental e do dia-a-dia das comunidades.

A eliminação da diglossia em Cabo Verde implica, no entender de Manuel Veiga (2004), uma política linguística nacional para estabelecer uma relação ‘complementar’ entre as línguas, através da transformação gradual da Língua Portuguesa, da sua posição de língua oficial para língua informal e, simultaneamente, o desenvolvimento do Crioulo de uma língua informal para uma língua co-oficial. Como ele (2004: 107) salienta,

A oficialização do Crioulo significa torná-lo capaz de executar a sua função na aprendizagem (quer como sujeito, quer como instrumentos), na função pública, nos certificados legais, nas sessões parlamentares, nas comunicações feitas ao país pelos órgãos soberanos, nos meios de comunicação social, na literatura, em todas as situações de comunicação formal.

Linguisticamente, Manuel Veiga (2004) distancia-se do processo de oficialização exibido por uma relação antagónica com a língua portuguesa, caracterizado pelo movimento cultural pré e pós independência, optando por uma posição complementar, salientando que um estudo rigoroso de ambas as línguas eliminará interferências linguísticas que, frequentemente, bloqueiam uma comunicação efectiva.

Discurso Nacional e Especificidades Locais

Uma das particularidades do Crioulo de Cabo Verde repousa no facto de que, uma vez que o Estado se espraia geograficamente num arquipélago, os arranjos espaciais e características demográficas de cada uma das ilhas fossilizou características fonológicas ao longo dos tempos, a ponto de, não obstante, serem mutuamente inlegíveis contêm, contudo, atributos distintos que claramente identificam os seus falantes, como pertencendo a esta ou aquela ilha; com efeito um ouvinte pode perfeitamente identificar um determinado falante, não só como sendo de uma ilha específica, como ainda, o pode situar como oriundo de uma região muito concreta dessa mesma ilha. Muito embora o discurso e a política nacional se tenham debruçado na relação do Português com o Crioulo e respectivas territorialidades, os dados recolhidos por Manuel Veiga (2004) no seu estudo sobre a diglossia em Cabo Verde, sugerem que o debate nacional deve mudar de uma posição histórica antagónica entre línguas oficiais e nativas, para uma outra mais robusta e mais sensível aos aspectos problemáticos das variações regionais e aceitação social de um sistema ortográfico uniforme.

Muito embora, muito tenha sido feito para que o Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano (ALUPEC), exiba uma convencionalidade simples, alianças regionais a

determinadas variantes continuam a ser um tremendo obstáculo na aceitação da oficialização do Crioulo. Os dados sugerem ainda que há uma associação comum com o ALUPEC como sendo um sistema ortográfico com a variante de Santiago e a resistência ao uso do ALUPEC é percebida como uma afirmação de variantes linguísticas locais e simultaneamente a rejeição da variante de Santiago. Por outras palavras, os estudantes têm uma ideia disfórica da oficialização do Crioulo, uma vez que a entendem como a imposição de uma outra variante sobre a sua que nada tem a ver com a relação Crioulo-Português. Como se constata pelos excertos a seguir descritos, as alianças regionais poderão ser um sério obstáculo a ultrapassar:

- Naze – e há ainda uma outra questão, se eles oficializam o Crioulo, se eles realmente chegam a oficializar o Crioulo, qual será o Crioulo que oficializaram? Cada ilha falará a sua própria língua? Eu jamais aprenderei o Crioulo da Praia (Santiago)...
- Lu – ya pa!

Esta estudante adolescente não considera a possibilidade da oficialização do Crioulo, em qualquer outro formato que não seja a subordinação invariável de todas as variantes a uma que ela assume ser a variante de Santiago. Na verdade, para ela, a oficialização do Crioulo implicava que ela tinha que modificar o seu *output* linguístico. Uma outra estudante posicionou-se da mesma forma relativamente ao debate da língua:

- Vani – Nós temos um problema que é qual o Crioulo que eles escolherão. Poderá ser o da Praia ou o de São Vicente. E cada um puxa para seu lado, o que automaticamente faz emergir problemas em cada Crioulo. Todavia, se eles oficializam, por exemplo, o da Praia, nós aqui em São Vicente não sabemos ler, nem escrever o Crioulo da Praia. Nesse caso, cada ilha em Cabo Verde deveria falar o Crioulo da Praia. Isso seria um grande problema e cada ilha oficializaria a sua própria língua.

Muito embora grupos específicos discutam ‘convencionalidade’ e benefícios de um sistema ortográfico uniforme, existe todavia a percepção de que o ALUPEC reflecte primariamente a variante de Santiago. Na ilha de Santiago, verifica-se menos resistência ao processo de oficialização, em parte porque os grupos de pressão não percebem o processo em si como uma ameaça linguística. Existe em Santiago uma percepção generalizada de que o Crioulo se vier a ser oficializado terá de ser o que é falado pela maioria da população é certamente o Crioulo falado na capital do país. Com efeito, alguns dos estudantes advogam a oficialização do Crioulo como se pode ver no excerto a seguir:

- Joce – acho que da mesma forma que nos ensinam um conjunto de línguas estrangeiras aqui na escola, como o português, o francês e o inglês, também nos deviam ensinar a falar Crioulo da maneira correcta, a escrever bem em Crioulo e deveriam, penso eu, tornar o Crioulo como umas das línguas oficiais de Cabo

Verde. Porque não? Se nós temos que aprender as línguas de outros países, porque razão eles também não aprendem a nossa língua, para que possam comunicar connosco. Não podemos ser sempre nós a submetermo-nos a eles, eles também se devem submeter um pouco a nós.

Neste caso, uma vez que o estudante não vê nenhuma ameaça linguística regional, a tensão reflecte-se entre a comunicação em Crioulo por oposição a uma língua estrangeira. A imposição do Crioulo como língua padrão repousa em múltiplas dinâmicas, incluindo não só as variantes regionais, como também os aspectos utilitários da uniformidade da Língua Portuguesa. Na ilha de Brava, um estudante refere-se a este ultimo aspecto, não obstante os dados sugerirem que a nível nacional a situação linguística possa ser, de alguma forma, mais complexa.

- Bine – Eu acho que o Português e o Crioulo são a melhor coisa, pois como a Aida disse nós podemos falar ambas as línguas, mas a sua forma escrita é completamente diferente. Como eles dizem, o Crioulo não tem gramática, cada pessoa escreve à sua maneira, mas com o Português, penso que todos os que falam Português são capazes de compreender melhor na escrita e oralidade.

Muito embora este estudante opte pelo uso da língua portuguesa no sistema educativo como resultado da sua capacidade uniformizadora, a sua escolha falha ao não considerar a realidade linguística do país dentro e fora do âmbito educacional.

Uma das dinâmicas para o uso do português como língua de ensino em Cabo Verde é a negação da realidade vivida pelos estudantes, particularmente, por aqueles oriundos das zonas rurais das ilhas. Uma vez que o Português é raramente falado como norma, para além de procedimentos formais em instituições burocráticas, como as agências governamentais, (e, mesmo nestes casos tem-se verificado uma diminuição substantiva do uso do Português como língua padrão), os estudantes têm muito poucas oportunidades de comunicar em Língua Portuguesa. A escassez de oportunidades disponíveis para um intercâmbio linguístico no código dominante é ainda mais frequente, à medida que se viaja para o interior do país, onde, em muitas áreas, os jovens provavelmente nunca terão oportunidade de falar Português, para lá do perímetro da escola. A situação complica-se ainda mais, uma vez que os métodos pedagógicos de ensino da língua portuguesa permanecem primordialmente centrados no professor ancorando-se em abordagens de ensino da língua nativa. Na maior parte das salas de aula, estas abordagens consistem em colocar os estudantes a ouvir oradores ou professores a lerem excertos de determinados textos sem que os alunos e alunas tenham oportunidade de se envolver num diálogo com algum sentido social. Os intercâmbios linguísticos expressam-se, frequentemente, sob a forma de respostas superficiais e de acordo com as pressões temporais; ao longo de um determinado período lectivo, por exemplo, um professor pode trabalhar com 5 ou 6 alunos, enquanto os restantes se tornam recipientes passivos, encontrando-se na sala de aula destituídos de qualquer interacção que dê sentido às suas vidas dentro e fora da escola. Esta realidade é

perfeitamente identificada por um dos sujeitos da investigação:

- Naz – claro que se eu a uso normalmente, eles não pensarão nisso como um acto normal; pensarão nisso como Crioulo; normalmente as pessoas na minha área só falam Crioulo.

Para além da questão levantada pela oportunidade do uso, a defesa da uniformidade do Português como forma de instrução complica-se ainda mais quando nos deparamos com os mecanismos de monitorização ao longo das regiões. Uma das características mais salientes relacionadas com o ensino da língua e com o seu uso nas várias ilhas prende-se com um consistente mecanismo de monitorização existente. Muito embora, por exemplo, na ilha de São Vicente exista um grande esforço e controlo para uso do Português na sala de aula, na ilha de Santiago as estudantes falam Crioulo na sala de aula, mesmo na interacção com os professores. Estas interacções em Crioulo parecem, de alguma forma, sabotar as intenções dos professores em criarem espaços para o uso do Português. Na ilha de Brava, a informalidade discursiva chegou ao ponto de só ser obrigado a falar português na disciplina de Português. Esta variação no reforço e monitorização do uso do Português, em última análise, não justifica a tentativa de uniformização do Português a nível nacional, uma vez que o seu uso é, na melhor das hipóteses, inconsistente e, até mesmo, em alguns casos, negligenciado.

Rumo à Uniformidade Linguística

A condição linguística de diglossia de Cabo Verde encontra-se amplamente documentada (Macedo, 1985; Duarte, 1998; Veiga, 2004; Rosa, 2006). A questão mais importante neste momento é perceber qual o caminho a seguir? Que tipos de políticas devem ser instituídas para salvaguardar os direitos dos indivíduos para que o capital linguístico associado à classe social tenha menos impacto na determinação das restrições estruturadas pela sociedade? A esperança em providenciar uma educação equitativa a todos os estudantes, em todas as ilhas repousa na possibilidade de não só se oficializar a língua nativa (Crioulo), como também em assegurar que os estudantes a possam utilizar como meio de expressão, sobretudo, no espaço educacional. Como temos tentado demonstrar, um dos grandes obstáculos a ultrapassar é a percepção do ALUPEC como sistema ortográfico baseado na variante Santiago e, ainda, a ideia errónea de que a instituição do Crioulo como língua padrão implica uma ameaça linguística regional. Muito embora o discurso político actual, de uma forma inteligente, tente ‘re-territorializar’ as línguas, permitindo assim a entrada do Português nos espaços informais e, concomitantemente, criar condições para que o Crioulo penetre os espaços formais, o facto é que, a estandardização do crioulo deve ser acompanhada de uma política muito mais hábil relativamente ao ensino do Português. No fundo, o português deverá passar a ser ensinado como segunda língua, socorrendo-se de metodologias apropriadas.

Dada a protecção histórica de que goza a língua portuguesa na sociedade cabo-verdiana, quer através da estruturação do país em si, quer ainda através do estabelecimento de um sistema educacional que secularmente o tem vindo a promover e a sedimentar, é muito improvável que venha a perder a sua importância nacional. Na verdade, sem uma política sensível, não apenas à oficialização do Crioulo, como ainda, à modificação de metodologias no ensino do português, pode-se vir a correr o risco de aumentar o *gueto* entre os que são capazes de manusear a língua colonial e os que se remetem cada vez mais para o uso da língua nativa.

Uma abordagem perfeitamente viável consiste no ensino do Crioulo nos anos iniciais de escolarização com uma subsequente introdução do português nos anos seguintes. Esta estratégia promoveria o desenvolvimento de literacias na língua nativa, implicando a preparação de uma classe docente especializada na língua nativa. Perspectivamos assim, um programa de estudos, onde o Crioulo seria ensinado em todos os níveis de escolarização, incluindo nas instituições de ensino superior. Além do mais, achamos que seria uma tragédia se os estudantes aqui nos Estados Unidos conseguissem obter uma licenciatura, fosse ela qual fosse, sem terem feito a cadeira *English 101*. É, aliás, um dado adquirido que os estudantes a têm que fazer.

Obviamente, uma política desta envergadura implicaria um investimento considerável no estudo sistemático e rigoroso da língua nativa e substantivos recursos deveriam ser canalizados para o desenvolvimento de um material didáctico adequado. A este respeito, a diáspora cabo-verdiana e os mais variados centros espalhados por esse mundo fora, com toda a sua profunda experiência no desenvolvimento de material pedagógico, devem ser entendidos como a mais-valia para este projecto.

Adicionalmente, combater a diglossia em Cabo Verde implica medidas persuasivas noutros domínios, como, por exemplo, ao nível da comunicação social. Para além das questões relacionadas com o estatuto legal das línguas, importa desmistificar as percepções da língua portuguesa ao nível social, como sendo o único meio de comunicação aceitável ao nível dos *media*. Dado o poder que a Língua Portuguesa tem nos espaços formais, o uso mais abrangente do Crioulo, ao nível dos meios de comunicação social, poderá conduzir à reconceptualização das fronteiras sociais para o uso do Crioulo.

Como deixamos dito anteriormente, ainda que de uma forma morosa, as políticas linguísticas deslocam-se para a oficialização do Crioulo. A mudança dos parâmetros do debate, de uma perspectiva colonizador/colonizado para uma outra de complementaridade, permite, no mínimo, uma reconceptualização do debate, de um antagonismo dual para uma permeabilidade linguística, eliminando assim, muitas das resistências nas políticas da língua. Sob o ponto de vista pedagógico, uma vez que a educação surge como meio associado à aprendizagem do português, a sociedade política deve, sem qualquer temor, re-perspectivar o espaço de ambas as línguas na esfera educacional. O culto do português como meio de comunicação não pode existir à custa de políticas linguísticas que promovam desigualdade educacional favorecendo estudantes, que, dada a sua posição de classe, acabarão sempre por recolher mais benefícios por dominarem todo um capital linguístico

dominante. Neste sentido, mancomuno-me com a perspectiva política exibida pelo linguista Donaldo Macedo (2003: 409). Na verdade,

a literacia só é emancipatória e crítica se é conduzida na língua do povo. É através da língua nativa que os estudantes identificam o seu mundo e começam a estabelecer relações dialécticas com a classe dominante no processo de transformação das suas estruturas sociais e políticas, que os enclausuram na sua cultura silenciada.

Referências Bibliográficas

- Achebe, C. (1975). *Morning yet on creation day*. New York: Anchor books.
- Bourdieu, P. (1977). Economics of linguistic exchanges. *Social Science Information*, 16(6), 645-668.
- Bourdieu, P. (1991). *Language and symbolic power*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Carreira, A. (1983). *Cabo-Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Porto: Impresa Portuguesa.
- De Sousa, H.T. (2004). Crioulo língua oficial. *Terra Nova*, 5 de Dezembro, 3.
- Duarte, D. A. (1998). *Bilinguismo ou diglossia*. Mindelo: Spleen Edicoes.
- Fanon, F. (1952). *Black skin white masks*. New York: Grove Weidenfeld.
- Gee, J. P. (2002). *An introduction to discourse analysis*. London and New York: Routledge. (Original work published 1999).
- Hamilton, R.G. (1991). Lusophone African and Asian Literature. *Hispania. American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, Inc.*, volume 74 (number 3). Retrieved 10/28/05, from http://owl.english.purdue.edu/handouts/research/r_apa.html#General
- Lopes, B. D.S. (1957). *O Dialecto crioulo de Cabo-Verde*. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar.
- Macedo, D. (1985) *The Cape-Verdean language project: Final Report*. Washington, DC: Department of Education.
- Macedo, D., Dendrinis, B., & Gounari, P. (2003). *The hegemony of English*. Boulder Colorado: Paradigm Publishers.
- Macedo, D. (2003) as cited in CPSC (2003) *Cape-Verde: language, literature and Music*. University of Massachusetts-Dartmouth.
- Makoni, S., Smitherman, G., Ball, A., & Spears, A. (2003). *Black linguistics: Language, society, and politics in Africa and the Americas*. London: Routledge.
- Ngugi Wa Thiong'o. (1986). *Decolonising the mind: The politics of language and African literature*. London: James Currey.
- Norton Pierce, B. (1995). *Social identity, investment, and language learning*. TESOL Quarterly, 29(1), 9-31.
- Rosa, J. (2006). *Diglossia in Cape-Verde: Discourses, class, race and the promise of education*. Madison: University of Wisconsin – Madison (unpublished doctoral dissertation)
- Veiga, M. (2004). *A Construção do bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Correspondência

João J. Rosa: University of Massachusetts-Dartmouth

E-mail: jrosa@umassd.edu

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.
Tradução de João M. Paraskeva, Miami University, Oxford, Ohio, USA.
